

## A INVENÇÃO DA CRÍTICA HISTORIOGRÁFICA BRASILEIRA PÓS DÉCADA DE 1980: UM CAMPO DE BATALHAS PARA MODERNOS E PÓS-MODERNO

Prof. Ms. Wagner Geminiano dos Santos<sup>1</sup>  
Professor da Faculdade de Formação de  
Professores da Mata Sul – FAMASUL -PE  
E-mail: [wagnerbarauna@yahoo.com.br](mailto:wagnerbarauna@yahoo.com.br)

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir e problematizar as regras e procedimentos que baliza(ra)m a produção da crítica historiográfica em nosso país nas últimas duas ou três décadas e que a fizeram dimensionar, analisar e avaliar a nossa produção historiográfica a partir dos conceitos de “moderno/modernidade”, “pós-moderno/pós-modernidade”.

**Palavras-chave:** Crítica historiográfica, Moderno/Modernidade, Pós-moderno/Pós-modernidade.

### ABSTRACT

This article intends to discuss the rules and procedures that guided the production of critical historiography in Brazil in the late two or three decades, showing how our knowledge of History was recently built based in oppositions such as “modern/ post-modern”, “post-modern/post-modernity”.

**Keywords:** Critical historiography, Modern/Post-Modern, Post-Modern/Post-Modernity.

As discussões em torno da história da história (historiografia) e da teoria e metodologia da história tem recebido inúmeras contribuições ao longo dos últimos anos em nosso país. O que vem possibilitando, dentre outras coisas, uma elaboração teórica e metodológica mais substancial e aprofundada das obras historiográficas produzidas pós década de 80, assim como uma ênfase maior na discussão, entendimento e operacionalização dos conceitos e aparatos teórico-metodológicos usados para a construção do saber histórico no Brasil. E isto se reflete, sobremaneira, numa certa autonomia da crítica historiográfica dentro do campo da disciplina História, ou seja, as discussões em torno da teoria e metodologia da história e da historiografia têm, nos

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

últimos anos, se constituído num espaço de discussão mais ou menos autônomo e independente dentro do campo maior do saber histórico. Exemplo disso foi a criação de linhas de pesquisa específicas para a discussão da teoria e metodologia da história e da historiografia em alguns dos principais programas de pós-graduação do país, a exemplo do programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que conta com uma linha específica para esta área de estudo.<sup>1</sup>

Assim, a teoria da história e a historiografia estão se transformando em disciplinas específicas, a partir das quais se perscruta a produção do saber histórico nacional de forma cada vez mais sistemática e contundente. Tanto do ponto de vista conceitual, metodológico e das regras e procedimentos que presidem a construção deste saber, quanto do ponto de vista de sua historicidade, da sua imersão nos meandros das múltiplas temporalidades que perpassam e constituem a história da historiografia no Brasil.

É justamente nesta vaga que procura se inserir este artigo. Ou seja, no cruzamento entre teoria da história e historiografia, buscando abrir caminhos e apontar possibilidades para preencher uma lacuna da história da história no país, qual seja: a formalização de pesquisas e de problematizações sistemáticas que tenham como foco a produção da crítica historiográfica nacional, ou pelo menos parte representativa da mesma, das últimas duas décadas. Acredito ser de fundamental importância o estabelecimento de uma descrição/análise desta produção para que possamos pensar, com Certeau, o que fizemos – e ainda estamos fazendo – do saber histórico no Brasil nos últimos vinte anos e sobre quais bases, regras, conceitos, procedimentos e lugares ele vem sendo produzido e, sobretudo, analisado, problematizado e avaliado.

Pensar estas questões é de fundamental importância, principalmente se vislumbrarmos que foi ao longo das últimas duas décadas que a produção do saber histórico em nosso país sofreu profundas transformações, sendo alterada em todos os níveis – em especial se pensarmos em relação ao que foi produzido até a década de 70 do

---

<sup>1</sup> Tal linha de pesquisa é assim descrita no site: “**Teoria da História e historiografia:** Tem como ênfase a problemática da produção do conhecimento histórico, em suas dimensões teórico-metodológicas e historiográficas. Desenvolve investigações sobre percursos historiográficos com delimitações espaciais, temporais ou temáticas; também se ocupa – sem desconhecer sua historicidade e caráter instrumental – das tendências analíticas, escolas, teorias e métodos presentes no trabalho do historiador e questões que, com diferentes abordagens, comparecerem, tais como: estrutura/sujeito; fragmentação/totalidade; temporalidade/espacialidade; objetividade/subjetividade; realidade/representação; cotidiano/história; ciência/ficção; interdisciplinaridade”. Consultar site do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/linhasdepesquisa.asp>.

século passado – ressoando e repercutindo mudanças que vinham ocorrendo desde, pelo menos, a década de 60 na Europa e nos EUA. Neste sentido, no Brasil, houve não só uma ampliação dos horizontes teóricos e metodológicos da disciplina como também dos termos, objetos e problemas colocados.

Do ponto de vista da história da história este texto procura pensar não só ao nível conceitual ou teórico, mas também a própria historicidade da produção da crítica historiográfica nacional, o que pouco tem sido feito pelos historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo desta área do conhecimento histórico<sup>1</sup>. Sobretudo, se nos referirmos apenas à produção elaborada pós década de 80 e, em especial, se atentarmos para uma dimensão que na maioria das vezes aparece como evidente ou natural nas discussões estabelecidas pela crítica historiográfica brasileira; a elaboração dos termos: moderno e pós-modernos como lugares de demarcação do *metier* do historiador no Brasil<sup>2</sup>.

Digo isto por que a maior parte da crítica historiográfica nacional, senão toda ela, toma esta discussão como evidente e natural ou quando muito como um desdobramento da “recepção acrítica pelos historiadores brasileiros das teorias francesas, americanas e alemãs” acerca da produção do conhecimento histórico; discussões estas que viriam supostamente acompanhadas do debate em torno da relação modernidade/pós-modernidade.<sup>3</sup> Sobretudo, ao se apropriar, usar e reelaborar um debate, que ocorre em outros níveis e noutros termos no plano internacional<sup>4</sup>, para uma “realidade” da historiografia brasileira que supostamente havia entrado em “crise” ou se entregado a “modismos estrangeiros” pós década de 80.

---

<sup>1</sup>Uma das poucas coletâneas que fazem uma análise na direção de observar a produção teórico-metodológica e historiográfica do país, do ponto de vista de sua historicidade é o livro organizado por Manoel Luiz Salgado Guimarães, *Estudos sobre a Escrita da História*; no entanto não são todos os artigos que compõe o livro que adotam este procedimento. Cf.: GUIMARÃES, Manoel Luiz salgado (Org.). **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras.2006.

<sup>2</sup>Ver por exemplo o livro *Um historiador fala de teoria e metodologia* de Ciro Flamarion Cardoso, no qual o autor trata os conceitos de pós-modernos/pós-modernidade como se fossem evidentes, autoexplicativos. Cf.: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: SP: EDUSC, 2005.

<sup>3</sup>Este é, por exemplo, o posicionamento de Astor Antonio Diehl no livro *A cultura historiográfica brasileira da década de 80*. Cf.: DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980: experiências e horizontes**. Passo Fundo: UPF, 2004.

<sup>4</sup>Um exemplo disto seria a diatribe travada por Carlo Ginzburg contra o que ele chama de céticos, nominalistas, irracionalistas em alguns de seus livros e artigos mais recente como, por exemplo, nos livros *Relações de força* e *O fio e os rastros* e no artigo *O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*, no outro extremo encontramos Roger Chartier travando um duelo com os escritos de Hayden White num de seus livros mais recentes, *A beira da Falésia*. Cf.: GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002., \_\_\_\_\_, **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007., CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

Fato este que pensamos não ser procedente, pois a partir das minhas leituras, observo que as questões que orbitam em torno dos termos moderno e pós-moderno parece se constituir numa particularidade da crítica historiográfica nacional, em especial ao longo dos últimos vinte anos. Assim, dimensionamos que esta discussão é própria de nossa crítica historiográfica, ou melhor dizendo, ela ganha certa particularidade, certa singularidade a partir dos arranjos, relações de poder e das condições históricas que a engendra e possibilita em nosso país.

Assim, como apontado anteriormente, as discussões em torno da historiografia como área específica do campo da disciplina histórica vem ganhando vulto nos últimos anos em nosso país. São vários os trabalhos que se debruçam a pensar e a problematizar, de diversas perspectivas, o fazer historiográfico no Brasil. Contudo, colocar em perspectiva histórica, ou seja, historicizar a história da história, assim como os conceitos por ela operacionalizados e agenciados, parece ser ainda uma tarefa de poucos, principalmente no que se refere às categorias e conceitos utilizados para avaliar, analisar e “enquadrar” a produção historiográfica no país. No entanto, é nesta discussão, recente por sinal, que busco me inserir, buscando pensar, problematizar e historicizar a invenção dos termos moderno e pós-moderno, bem como seus derivados, pela crítica historiográfica brasileira pós década de 80. Tomando como elementos representativos desta produção os debates travados em algumas revistas nacionais como, por exemplo, na Revista Brasileira de História, na Revista *Saeculum*, na Revista de História da Historiografia e pela produção de crítica historiográfica de historiadores como Durval Muniz de Albuquerque Jr., Ciro Flamarion Cardoso, Jurandir Malerba, José Carlos Reis, Margareth Rago e outros. Em alguns momentos buscaremos generalizar as análises/descrições feitas a partir destes autores para descrever a maior parte da produção nacional nas últimas décadas, mesmo sabendo dos riscos e imprecisões de tal exercício.

Neste sentido, alguns esclarecimentos se fazem necessários: nesta discussão privilegiarei apenas o diálogo com obras e autores nacionais, e estes serão agenciados em grande medida de acordo com as necessidades impostas pelo problema levantado neste artigo, assim como pela relação que possamos estabelecer entre tais autores e obras e os objetivos deste texto. Contudo, não descuraremos da importância das análises e discussões teóricas, filosóficas e historiográficas estabelecidas a nível internacional para o fazer historiográfico nacional, muito menos das ressonâncias e repercussões destas discussões e debates sobre a historiografia brasileira, em especial a sua crítica, produzida nas últimas

décadas.

Dito isto, iniciamos esta discussão procurando estabelecer aquilo que significamos como historiografia. Pensando historiografia e a análise historiográfica em consonância com o que nos ensina Durval Muniz de Albuquerque Jr., ou seja:

A história da historiografia ou a análise historiográfica, entendida como a reflexão sobre os modelos e as regras que norteiam as práticas da pesquisa e da escritura da história, em momentos e espaços específicos ou em autores e obras tomadas individualmente, faz parte do que podemos chamar da cultura histórica de uma dada época ou sociedade. A maneira como os profissionais do campo historiográfico se debruçam sobre o saber já produzido na área e como o submete a uma avaliação crítica, penso que diz muito dos códigos que delimitam a prática historiadora ou mesmo as práticas acadêmicas e científicas, neste campo, num dado momento histórico e social. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 192).

Portanto, é nesta perspectiva que me aproximo do trabalho de Albuquerque Jr., à medida que observamos nos seus textos de crítica e análise historiográfica e de discussões teóricas uma postura teórico-metodológica extremamente fecunda. Uma vez que recusa o procedimento da adjetivação em suas análises, vislumbrando antes de tudo estabelecer um diálogo substantivo com os textos, as ideias, o pensamento dos autores e com as diversas abordagens historiográficas. Procurando discutir as regras, os procedimentos e os conceitos agenciados na construção do saber histórico e da escrita da história. Outro aspecto que dimensiona e caracteriza o trabalho do autor é o diálogo intenso com a historiografia nacional. Praticamente em todos os seus textos Albuquerque Jr. discute com a produção historiográfica nacional em suas diferentes abordagens e perspectivas. Aspecto este que procuramos seguir como orientação metodológica neste texto.

Contudo, não são só por estas questões que me aproximo do trabalho de Albuquerque Jr., mas, sobretudo, porque foi a partir dele e com ele que nos foi possível pensar e estabelecer a problemática deste artigo; em especial, a relação que a crítica historiográfica brasileira pós década de 80 estabeleceu entre os lugares de moderno e pós-moderno mediante as diversas variantes e articulações deste debate. Como, por exemplo, a discussão em torno da pós-modernidade que, segundo aquele

(...) é uma das temáticas recorrentes nos debates historiográficos contemporâneos... [significada] seja como condição histórica, como conceito que resumiria as transformações históricas que estaríamos vivendo, seja como movimento cultural, movimento das ideias, também conhecido como pós-modernismo (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 195).

Significados aos quais ele acrescenta também o de uma nova episteme pensada

em oposição e/ou em ruptura com a modernidade.

Buscando ampliar e problematizar esta ideia apontada por Albuquerque Jr. o que nos interessa perguntar é: como esta conceituação, imprecisa e variada, foi construída pela historiografia brasileira, quais os procedimentos utilizados, qual a racionalidade que a preside? Do que propriamente estabelecer critérios para um suposto uso mais adequado desta conceituação e/ou precisar conceitos mais apropriados à realidade em que vivemos, em especial a realidade de nossa produção historiográfica.

Apesar disto, em alguns aspectos, me distancio de Albuquerque Jr, principalmente quando ele procura pensar a produção historiográfica em termos de contribuição. Ou seja, a partir da contribuição que cada autor, teórico, historiador, filósofo e suas obras têm dado para o desenvolvimento da disciplina. Neste sentido, acreditamos que quando Albuquerque Jr. pensa e avalia a produção historiográfica a partir do conceito de contribuição, este conceito o remete para dentro deste debate que estou problematizando. Uma vez que o conceito de contribuição e sua relação com a disciplina histórica, da forma como o autor o pensa, possibilitam uma hierarquização ou dicotomização da abordagem de teóricos, filósofos e historiadores etc. encetadas a partir da parcela de contribuição que cada um teria dado para a História. Uns contribuindo muito, outros contribuindo menos, outros até, com suas contribuições, provocando mutações indesejadas ao nosso fazer, fazendo-o retomar práticas ultrapassadas etc. E quando Albuquerque Jr. se pauta por este conceito termina por fundar alguns critérios de validação e avaliação do trabalho historiográfico que vai colocar a abordagem teórico-metodológica de cada autor avaliado por ele na velha partição e sob o signo do mesmo dualismo que inventa o termo “moderno” como oposto ao “pós-moderno”. Neste sentido, ao resenhar o livro *A arte de inventar o passado* de Albuquerque Jr., o historiador Temístocles Cezar afirma o seguinte:

O autor chega mesmo a falar nos limites impostos pelo “nosso arquivo” (o pronome possessivo preserva a primeira parte, enquanto o arquivo preserva a segunda; p.64). Trata-se de uma resposta prévia à provável objeção de um pós-modernismo-relativista do qual devemos manter as crianças afastadas? Talvez. O certo é que Durval Muniz sabe ser doutor quando quer. **Mesmo optando em situar sua produção em um discurso sobre a pós-modernidade (sinceramente não sei qual razão o leva para esse debate, ainda um embate de grandes narrativas, que visam mais desqualificar o outro do que contribuir para um entendimento sociocultural do mundo em que vivemos), o autor deixa claro que não rompeu com os princípios da ‘operação historiográfica’** de um autor que lhe é caro, Michel de Certeau. (CEZAR, 2008, p. 269)(grifos meus)

Neste aspecto procuramos nos distanciar de Albuquerque Jr., pois acreditamos

que ao adotar esta perspectiva de análise, mesmo advogando na maioria de seus escritos a feitura da escrita da história a partir de uma terceira margem, ele termina por se colocar para dentro daquele debate, se colocando num lugar de sujeito construtor desta discussão, talvez por, naquele momento, ainda se encontrar preso a este “arquivo”. Isto parece ficar explícito na sua obra, em especial, em dois artigos, a saber: um da década de 1990, publicado inicialmente na *Revista Resgate*, intitulado *Menocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio*; o outro produzido já na primeira década deste século e publicado pela primeira vez em 2002 na *Revista Territórios e Fronteiras*, intitulado *Experiência: uma fissura no silêncio*. Ambos os textos foram republicados em 2007 no livro *História: a arte de inventar o passado* de autoria do próprio Albuquerque Jr. O livro em questão reúne uma coletânea de artigos daquele publicados ao longo de sua carreira de historiador e que foram “dedicados à reflexão sobre a escrita da História, sobre a relação entre História e Literatura e abordam de forma analítica o pensamento de autores importantes para a historiografia contemporânea, notadamente o pensamento do filósofo francês Michel Foucault” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 11).

Detenhamo-nos então nos dois textos em questão. No primeiro texto Albuquerque Jr. busca “fazer um confronto entre” a abordagem teórico-metodológica feita por Michel Foucault no livro *Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, meu irmão e minha irmã* e a abordagem empreendida pelo historiador italiano Carlo Ginzburg no livro *O queijo e os vermes*, “na tentativa de explicitar os caminhos trilhados pelos dois autores, que são caminhos [possíveis de serem] trilhados por nós historiadores”. No entanto, ao longo do texto fica claro ao leitor a preferência do autor pela abordagem teórico-metodológica empreendida por Foucault, fruto, talvez, da tentativa que Albuquerque Jr. faz para refletir “sobre as contribuições do pensamento de Michel Foucault para a escrita da História e para as reflexões sobre o saber histórico”. Reconhecendo ainda que:

No Brasil, principalmente, Foucault tem sido objeto de uma recepção que se caracteriza muitas vezes, pela denegação adjetiva de suas idéias (sic); tem sido marcado por uma crítica historiográfica marcada pelos adjetivos desqualificadores, pelos ataques pessoais [...] o que se percebe, no geral, é que a crítica historiográfica brasileira não lida com suas idéias (sic), não discute suas proposições, não dialoga com seus argumentos, mas tenta simplesmente, numa atitude política que sempre denunciou, alijá-lo do debate, construindo, em torno do seu pensamento, um conjunto de enunciados pejorativos, crivando-o de epítetos como: populista, irracionalista, nominalista, pós-moderno, estruturalista (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13).

Aspecto com o qual concordamos. Entretanto o percurso analítico trilhado por

Albuquerque Jr., nos dois textos em questão, aponta para a dualidade de posições na avaliação e análise das perspectivas encetadas nos textos à medida que ao estabelecer um diálogo com esta crítica historiográfica busca apresentar o que, no seu modo de entender, são as principais contribuições daquele pensador para o nosso *metier*, além de tentar estabelecer o que seria “as contribuições originais” de Michel Foucault para o campo da História ao comparar sua obra historiográfica a de outros grandes nomes deste campo de pesquisa, como: Carlo Ginzburg e Edward Palmer Thompson (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 13). E quando assim o faz parece também supor e constituir um quadro avaliativo subjacente que, em menor ou maior grau, serviria para avaliar o grau de contribuição de cada autor para o campo da disciplina histórica. Ou melhor dizendo, seria a partir da avaliação da contribuição de cada autor para a História que se definiria a sua importância dentro deste quadro avaliativo subjacente. E neste sentido, para o autor, as maiores contribuições seriam as de Michel Foucault, pois o pensamento deste possibilitaria uma prática mais elaborada de nosso campo, assim como uma visão mais substantiva do mesmo.

Este tipo de procedimento adotado pelo autor parece se explicitar de forma mais enfática no segundo texto em questão, *Experiência: uma fissura no silêncio* onde Albuquerque Jr. “se propõe a debater a diferença entre a forma como Thompson utiliza o conceito de experiência, central em sua teoria da história, e a forma como Foucault utiliza o mesmo conceito, que também é fundamental em seu trabalho historiográfico” (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 134). Neste texto, em especial, Albuquerque Jr. opera de forma mais enfática a oposição entre Thompson e Foucault, do que a estabelecida de forma latente entre este e Ginzburg no texto anterior, e faz isto advogando que:

Fazendo parte de tradições distintas no pensamento Ocidental, Thompson e Foucault pensam de forma diferenciada a experiência humana e sua relação com o conhecimento, com a consciência, com a representação e com as práticas sociais. A obra de Edward Thompson se inscreve dentro da tradição marxista, embora se proponha a ser uma nova leitura desta tradição... o marxismo, por sua vez, liga-se a toda tradição do pensamento moderno de inspiração platônica e hegeliana, ou seja, um pensamento comprometido com as essências, com as totalidades, com a Razão...já o pensamento de Michel Foucault liga-se a outra tradição do pensamento ocidental, a tradição de inspiração heraclitiana ou pré-socrática e a outra tradição do pensamento moderno, a de inspiração nietzscheana e heideggeriana, ou seja, um pensamento não essencialista, que busca dispersar as totalidades, inclusive a totalidade da Razão. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 134)

Assim, agenciando estes procedimentos de análise e avaliação Albuquerque Jr. termina por submergir no debate que muitas vezes tenta denunciar propondo fazer sua

análise a partir de uma terceira margem. Neste sentido, ele ainda fala de dentro do debate que constitui os lugares de moderno e pós-moderno e seus derivados como condição *sine qua non* da produção do conhecimento histórico no Brasil nas últimas décadas, em especial nos seus textos produzidos na década de 90 e início do século XXI, ressoando aquilo que parece ter sido uma tendência da crítica historiográfica nacional produzida naquele período, a dicotomização. Naquele momento, em seus trabalhos de crítica historiográfica, Albuquerque Jr. parecia ainda estar submetido às regras, aos procedimentos e a lógica de produção do saber histórico definidos a partir do estabelecimento da relação entre os lugares de moderno e pós-moderno, ocupando o lugar de sujeito historiador enquanto derivada do enunciado que estabelece as oposições entre ambos, muito embora procurando apontar para fora destes lugares e fazendo o esforço e pretendendo falar da “terceira margem do rio”, o que o faz nos seus textos mais recentes, sobretudo a partir do diálogo com a literatura. Nos quais, como afirma Cezar: “o autor debruça-se sobre outros aspectos relacionados à questão, entre os quais a divisão artificial entre a perspectiva cultural e a social”, assim como “uma tentativa de fraturar a clássica oposição entre literatura e história. [Buscando] dissolver a certeza manifesta do ‘evidente’ desencontro entre literatos e historiadores: ‘meu objetivo não será separar a História da Literatura, não será encontrar seus limites e suas fronteiras, mas articulá-las, pensar uma coma outra’” (CEZAR, 2008, P. 268). Apontando ainda que:

Um estudo sobre os diferentes modos de os historiadores servirem-se da linguagem não significa, necessariamente, a queda em perspectivas negadoras da possibilidade do conhecimento. ‘Inventar’ e ‘imaginar’ são verbos que fazem parte das metodologias silenciosas, ou silenciadas, da historiografia: “a interpretação em História é a imaginação de uma intriga, de um enredo para os fragmentos de passado que se têm na mão”, todavia, ressalva importante, “isto não significa esquecermos nosso compromisso com a produção metódica de um saber, com o estabelecimento de uma pragmática institucional, que ofereça regras para a produção deste conhecimento, pois não devemos abrir mão também da dimensão científica que o nosso ofício possa ter”. (CEZAR, 2008, p. 268-9)

É neste sentido que nos aproximamos das análises historiográficas propostas por Albuquerque Jr. e ao mesmo tempo as tomamos como objeto de estudo, pois o que nos interessa é fazer a análise/descrição da racionalidade subjacente à produção da crítica historiográfica nacional das últimas décadas, inquirindo sobre quais bases, regras e procedimentos aquela está assentada, problematizando que tipo de lugares de sujeito historiador está possibilitando inscrever e constituir, buscando pensar que relações de poder e quais condições históricas articulam, engendram e possibilitam esta produção. Ou

seja, o que pretendemos é analisar a que tipo de racionalidade os críticos historiográficos brasileiros, dentre eles Albuquerque Jr., recorreram para escrever suas obras de crítica historiográfica pós década de 80 do século XX. Que regras e procedimentos presidem ou presidiam o seu fazer desde então, a que lugares estão articulados etc.; distanciando-nos desta forma de uma análise em termos de contribuição ou de comparações. Sem, no entanto, ter a pretensão de alçar vôo para fora da historicidade que nos atravessa, mas tentando constituir e significar outras formas e lugares – provisórios – de análise e descrição das práticas historiográficas no Brasil.

Em outros termos, meu problema é pensar como se gestou e emergiu para o pensamento da crítica historiográfica brasileira os conceitos de “moderno” e “pós-moderno” e como estes parecem ter se transformado ao longo das duas últimas décadas em lugares de avaliação e dimensionamento da produção do saber histórico no país. Lugares que, para alguns críticos, foram construídos não só como antagônicos, mas acima de tudo como comunicáveis e irreconciliáveis.<sup>1</sup> Posicionamento este adotado, por

---

<sup>1</sup>Conferir por exemplo as leituras de Ciro Flamarion Cardoso sobre a produção historiográfica nacional. Ver CARDOSO, Ciro Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. et VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. \_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005. Mesmo tendo produzido artigos e ensaios de cunho teórico e de crítica historiográfica antes da década de 1980, a produção de Ciro Flamarion Cardoso dentro deste campo de produção do saber é mais substantiva a partir de finais daquela década, quando ele juntamente com alguns outros historiadores brasileiros como, por exemplo, Jurandir Malerba, Francisco Falcon, Estevão de Marins Rezende, Astor Anton Diehl e outros passam a construir uma larga produção com o intuito de explicar o papel da História enquanto disciplina dentro da “crise de paradigmas” supostamente vivido, a partir dos anos 80, pelas ciências humanas em geral, como defende Cardoso, no texto “História e paradigmas rivais”. Mas, além disso, parece haver uma tentativa, por parte dos mesmos, de reinserção de determinadas perspectivas historiográficas, sobretudo aquelas com tendências explicativas globalizantes, com certa inspiração marxista, as quais passam a ser nomeadas de modernas, racionalistas etc., frente às transformações ocorridas no campo da História em nosso país, nas novas posições de poder daí derivadas. Como podemos evidenciar a partir da fala de Albuquerque Jr no seu memorial de seleção para a cadeira de Professor Titular do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, em 2006, ao se referir àquele momento de nossa produção historiográfica em um dos mais renomados centros de produção historiográfica do país, a UNICAMP: “Dois anos depois de haver defendido a Dissertação, 1990, volto à UNICAMP para cursar o Doutorado em História. Sabendo que o Departamento encontrava-se agora dividido entre historiadores sociais e historiadores culturais e que a anterior aliança e o uso concomitante nas dissertações de autores como E.P. Thompson e Michel Foucault, o que também fizera em minha Dissertação, que ocorrera no momento em que as disputas pela hegemonia no interior dos Departamentos de História e do campo historiográfico davam-se entre a chamada nova história e a chamada “velha guarda marxista”, haviam sido rompidos com a aposentadoria da maioria dos professores e com o acirramento da disputa por espaços entre as novas gerações, resolvo estrategicamente apresentar um projeto apoiado na obra de Thompson” (ALBUQUERQUE JR. 2006, p. 15). Além de Albuquerque Jr., outros historiadores como Francisco Falcon e Astor Anton Diehl, também advogam que até meados da década de 1980 a produção historiográfica brasileira foi dominada por uma historiografia ainda de cunho político e, sobretudo, pelo vento “marxista” que tão bem serviu não só como instrumental teórico, mas como pano de fundo político para crítica e resistência ao Regime Militar (FALCON In: CARDOSO et VAINFAS, 1999). Portanto, é por conta destas injunções que o recorte temporal deste texto toma como ponto de partida o pós década de 1980, momento em que emerge muito mais claramente a oposição moderno/pós-moderno e o uso destes

exemplo, por José Carlos Reis em seu livro *História e Teoria* e também por Ciro Flamarion Cardoso em artigo já famoso entre o público de historiadores – “História e paradigmas rivais” –, onde afirma:

Assim, a escolha, neste capítulo inicial de um livro que tem a pretensão de mapear seletivamente o estado atual da disciplina histórica de um modo que se espera será útil aos estudantes, professores e pesquisadores que atuam no setor dos estudos históricos, consiste em adotar, até por razões de economia de espaço, uma perspectiva macro teórica: apresentar a disciplina histórica hoje a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de “iluminista” e “pós-moderno”, respectivamente. (CARDOSO, 1997, p. 22)

O discurso em torno e sobre os conceitos de moderno e pós-moderno no Brasil parece ter se materializado, atualizado e integrado ao longo da década de 90 do século XX e na primeira década do XXI também em instituições e espaços de produção do saber histórico, como, por exemplo, nos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), que em grande medida são atravessados e articulados por este debate e pelas discussões que o orbitam. Debate este que, na fala da maioria dos críticos, aparece mais como dispositivos reguladores da formação destes espaços institucionais do que propriamente como objetos de estudos ou conceitos operatórios na e para a produção historiográfica feita naqueles no período em questão.

É neste sentido que o debate travado pela crítica historiográfica no país ao longo das duas últimas décadas parece ter ficado engessado e se cristalizado em torno daquelas duas rubricas, que ora aparecem como conceitos, ora como objetos, ora como nomeadores de uma época, de um tempo, de uma condição histórica, quando não como delineadores do próprio fazer dos historiadores em nosso país. Ou seja, estes termos aparecem muitas vezes como uma espécie de metadiscurso, como uma metanarrativa fundadora do próprio fazer historiográfico brasileiro. Como se para se fazer história no Brasil, seja do objeto, do tema, do problema que for o historiador tenha de pensar, de mencionar este debate, colocado e estabelecido por parte da crítica historiográfica brasileira como uma espécie de condição *sine qua non*, como pertinência fundamental de qualquer trabalho ou pesquisa no campo da História, em especial da história da história em nosso país.

Deste debate parece derivar também outras divisões maniqueístas tão comuns e corriqueiras na produção do saber histórico em nosso país nos últimos anos. Divisões como História Social/História Cultural, racionalistas/irracionalistas,

---

conceitos como critérios de avaliação e validação do saber histórico no país.

realistas/nominalistas etc. Divisões estas que mais engessam, estereotipam e esterilizam o debate do que o ampliam e possibilitam à crítica historiográfica nacional embarcar em outro(s) (dis)curso(s), a construir outras ilhas, outros lugares – temporários – de observação, análise e avaliação do saber histórico produzido no Brasil nos últimos anos. Pensando com o que nos diz Durval Muniz de Albuquerque Jr., em artigo recente:

Traço constante na crítica historiográfica brasileira é a tendência a estabelecer maniqueísmos, a resumir a pluralidade do campo historiográfico a uma espécie de jogo dual, onde o leitor é conclamado a tomar partido por um dos lados litigantes...Esta crítica passa a operar com categorias genéricas que englobam autores e obras os mais diferenciados como: pós-modernos, conservadores, historiadores culturais versus realistas, racionalistas, de esquerda, historiadores sociais, e estabelece que entre elas existem pretensas dicotomias irreconciliáveis, construindo imagens tão simplificadas do campo considerado opositor, que o que temos ao final é mais desconhecimento produzido do que conhecimento. (ALBUQUERQUE JR., *In: GUIMARÃES*, 2006, pp. 193-194).

A defesa destes dois lugares parece ter se tornado um lugar comum na crítica historiográfica brasileira, à medida que pouquíssimos críticos procuram fazer uma discussão mais aprofundada e substantiva, seguindo o exemplo de Albuquerque Jr., sobre estes dois termos. A maioria os toma como naturais, autoexplicativos parecendo esquecer a lição que Koselleck nos dá de que as palavras, os conceitos também têm uma história e que esta deve ser levada em consideração, principalmente se formos pensar a produção historiográfica, se formos fazer a história da história<sup>1</sup>. No entanto, a maioria dos críticos historiográficos brasileiros toma estes dois termos sem maiores problematizações, sem maiores questionamentos, como se eles fossem auto evidentes na e para a nossa produção historiográfica. Parecem esquecer que as palavras, assim como as coisas, também têm uma história, estão imersas na historicidade que é imanente a toda e qualquer produção humana, inclusive os próprios conceitos, termos, objetos e escritos produzidos e agenciados pelos historiadores.<sup>2</sup>

Como diz Albuquerque Jr.: através da adoção de epítetos como modernos, pós-modernos, realistas ou veristas, narrativistas ou céticos a crítica historiográfica nacional

---

<sup>1</sup>Conferir, por exemplo, KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

<sup>2</sup>Ver por exemplo os trabalhos de crítica historiográfica de: REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003. CARDOSO, Ciro Flamarion *et VAINFAS*, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005, p. 167. MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2008. DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. Passo Fundo: UPF, 2004. RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O. (Orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

ao tentar pensar o que faz ou o que vem fazendo nossos historiadores nos últimos anos acaba reduzindo a diversidade de posição desses autores, desconhecendo as singularidades de suas “contribuições” para o campo da prática e do pensamento sobre a história, construindo uma situação artificial de polarização entre suas posições e as posições dos autores contra os quais fala, aos quais muitas vezes, sequer nomeia e a cujas obras pouco se dá o trabalho de citar e comentar. Ela adota a estratégia, muito presente no discurso jurídico e inquisitorial de homogeneizar seu alvo de ataque, de construir através de um conjunto sumário de traços e posições um sujeito oponente, ao qual se deve vencer através da argumentação, do ataque às suas posições, normalmente bastante resumidos e caricaturados (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 52), como podemos observar, por exemplo, em análise de Margareth Rago produzida na virada do século XX, sobre as transformações na “produção do conhecimento histórico no Brasil”:

Por outro lado, a principal condenação dos estudos foucaultianos veio por *parte de uma historiografia que se colocava no lado oposto*, privilegiando a ação dos sujeitos sociais afirmando sua capacidade transformadora e revolucionária, autorizando-se como única capaz de desvendar objetivamente as complicadas tramas do passado. Nessa perspectiva, entendia-se que o sujeito histórico era apenas determinado pelas dimensões classistas, ele mesmo permanecendo uma unidade racional, superconciente e um pouco acima do universo (RAGO *In*: GUAZZELLI, PETERSEN, XAVIER (Orgs.), 2000, p. 43 (Grifos meus)).

Estes aspectos podem ser observados também nas análises historiográficas propostas por Ciro Flamarion Cardoso, como, por exemplo, em passagem de um de seus livros mais recentes, *Um historiador fala de teoria e metodologia*:

No mundo “globalizado” em que vivemos, conflitivo e mais heterogêneo do que nunca, a meu ver a insistência exclusiva numa História que exclua visões de conjunto em favor de um interesse exclusivo em microanálises, vivências e subjetividades se assemelha a atitude que se atribui ao avestruz: tratar de não ver para não ter que tomar partido ou atuar (CARDOSO, 2005, p. 167).

Depreende-se também da análise de Rago e da de Cardoso outro aspecto que, ao que me parece, vem se constituindo como central na crítica historiográfica nacional, qual seja: a maioria dos críticos e analistas da produção historiográfica nacional recente busca abordar de forma direta e substancial apenas “as contribuições” feitas por aqueles que comungam da mesma opção teórica e metodológica do crítico em atuação. Neste sentido, as opções e perspectivas opostas são geralmente silenciadas ou reduzidas a meras simplificações, quando não estereotipadas e denegadas. É como se só houvesse “contribuição”, inovação à produção do conhecimento histórico dentro do campo teórico e metodológico encampado e defendido pelo crítico da vez. É como se não houvesse nada de

pertinente fora de um campo já estabelecido e colocado muitas vezes como o único possível ou o melhor a ser seguido<sup>1</sup>.

E ao que me parece, em nosso país, estas contendidas parecem remeter ou derivar da invenção histórica dos lugares de moderno e pós-moderno pela crítica historiográfica brasileira pós década de 80 do século XX, ou melhor, da emergência para o pensamento desta mesma crítica dos conceitos de moderno e pós-modernos como dispositivos de instrumentalização de suas análises e avaliações. Observaremos isto se colocarmos este debate numa perspectiva histórica de análise e se perscrutarmos, por exemplo, uma das obras símbolo das modificações sofridas pela produção do conhecimento histórico no país, *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar* de autoria de Margareth Rago, publicada em 1985. Nesta obra, aquelas dicotomias ainda não se faziam presentes de forma tão enfática como nos dias atuais, muito embora a autora reconhecesse, naquele momento, as diferenças metodológicas existentes entre E. P. Thompson e Michel Foucault – os dois teóricos que viriam a ser elevados, posteriormente, pela crítica historiográfica nacional ao posto de símbolos da oposição destes dois lugares a que vimos nos referindo: o moderno e o pós-moderno, o historiador social e o historiador cultural – ao dizer que

embora situados em campos teóricos e metodológicos diferenciados, Thompson e Foucault chamam a atenção para outros momentos do exercício da dominação burguesa, possibilitando recuperar as práticas políticas não organizadas do proletariado e desfazer o generalizado mito do atraso e do apoliticismo dos libertários (RAGO, 1985, p. 14).

No entanto, naquele momento, estas dissensões teóricas e metodológicas pareciam não impedir a produção do conhecimento histórico, nem muito menos se colocar como uma regra ou um procedimento teórico que obstacularizasse tal feito, em especial na obra em questão. Esta diferença teórica e metodológica – ainda era tratada como diferença e não como oposição, como aponta Edgar Salvadori de Decca no prefácio à obra supracitada<sup>2</sup> – entre as abordagens de Thompson e Foucault ainda não era um

---

<sup>1</sup>A este respeito são emblemáticas as coletâneas organizadas por Jurandir Malerba, *A História Escrita* e a organizada por Margareth Rago e Renato Gimenes. *Narrar o passado, repensar a história*. Cf.: MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2008. e RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O.(Orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

<sup>2</sup>Segundo De Decca: “As diferenças de abordagens em se tratando de Thompson e Foucault são significativas. Para o primeiro, as classes trabalhadoras são sujeitos de sua própria história, e por isso, a ênfase dada à questão da *experiência* de classe e do fazer (*making*) de uma cultura de classe. Com os seguidores de Foucault desloca-se significativamente o eixo da experiência e/ou da cultura das classes trabalhadoras, acentuando-se o significado da ação disciplinar de inúmeros agentes sociais na produção do cotidiano e da identidade dos trabalhadores, através da criação de instituições basilares da sociedade, tais como a família

problema para a produção do conhecimento histórico no Brasil naquele momento, ou pelo menos para quem o avaliava, analisava e experimentava, tanto é que ao longo de seu trabalho Rago mescla um vocabulário de forte conotação marxista – proletariado, classes dominantes, dominados, capitalismo, burguesia etc. – com um instrumental teórico e conceitual do que se denomina hoje como “História Social” – experiência, fazer-se da classe operária, cultura operária etc. – a um instrumental da produção historiográfica influenciada por Michel Foucault – poder disciplinar, sociedade disciplinar, estratégia, disciplinarização, mecanismos de controle, vigilância etc. – sem maiores constrangimentos ou problemas. A oposição destes campos, destes lugares ainda não parecia ser; naquele momento, regra, procedimento, fundamento da produção do conhecimento histórico em nosso país. Como parece ter acontecido nos últimos anos, quando até mesmo Rago preteriu o vocabulário marxista e da história social em detrimento da produção historiográfica de influência “foucaultiana” classificando as outras posições como “parte de uma historiografia que se colocava no lado oposto”.

Este tipo de leitura encontra-se presente também na obra do historiador José Carlos Reis, em especial em um de seus livros mais recentes: *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*, publicada em 2003. Ao longo dos seis ensaios que compõe a obra o autor aborda a tese que História e teoria “não são termos separáveis, em oposição ou excludentes, e sim, que, embora pareçam assimétricos, são associados, remetem-se um ao outro, estão ligados implícita e profundamente, inextricavelmente imbricados”. Postura esta que parece ficar restrita apenas a relação história e teoria, uma vez que ao longo do livro Reis constitui e trabalha com algumas oposições que são centrais em sua análise, como, por exemplo, a oposição modernidade/pós-modernidade. Que na sua leitura dimensionaria não só as relações do homem com o mundo, mas, também, a própria relação com a produção do conhecimento, sobretudo o conhecimento histórico.

Para Reis modernidade e pós-modernidade se opõem radicalmente, pois a primeira teria sido constituída sob o signo da Razão, da Ciência, da Verdade, do Estado, do Sujeito, do Homem, da busca do Sentido da História etc. e a segunda se pautaria pela desconstrução destas totalidades, pela sua fragmentação e estilhaçamento. A pós-modernidade, para o autor, estaria marcada pelo fim da crença na Razão, na Ciência e no

---

nuclear, a escola e a fábrica.” Cf.: DE DECCA, Edgar Salvadori. “Prefácio”. In: RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. III. (Grifos no original).

Estado, pela desreferencialização do Real, pela desconstrução da ideia de Sujeito, pela relativização da Verdade, etc. Neste sentido, Reis contribui para a construção da oposição modernidade/pós-modernidade nos debates e discussões da crítica historiográfica em nosso país tendo em vista que ele, assim como vários de seus pares, toma esta discussão como evidente, natural; vendo-a a partir de uma ótica dual e maniqueísta em que só pode haver oposição, negação, divergência, incongruência.

Nestes termos Reis termina por naturalizar também a própria produção do conhecimento histórico, tendo em vista que no seu entendimento estas duas condições históricas opostas determinariam, também, o próprio modo de fazer da História enquanto disciplina. Onde, de um lado teríamos os “modernos” e de outro os “pós-modernos”. De um lado os historiadores modernos, que defendem e buscam a verdade dos fatos, que defendem a História ciência, que pensam a Identidade, o Sujeito, as estruturas, o todo, para quem a história é um conhecimento seguro e objetivo sobre o passado. Do outro os historiadores pós-modernos, propondo a história como arte, pregando a desconstrução das identidades, a fragmentação do sujeito universal, trabalhando com o particular, com o micro, incorporando a subjetividade como um dos princípios da produção do conhecimento histórico, alertando para a relatividade da verdade e de sua construção, dizendo que o real é uma invenção humana e social.

São nestes termos que Reis parece conceber e cindir a produção do conhecimento histórico. E é justamente esta postura que questionamos nas análises de Reis, vislumbrando que ela não dá conta da pluralidade das discussões no campo da história, além de reduzir e homogeneizar o debate, reproduzindo e cristalizando um dos principais enunciados que procura articular a produção do conhecimento histórico em nosso país, a oposição moderno/pós-moderno. No entanto, Reis é um dos poucos historiadores de nosso país que nutre uma dedicação quase que exclusiva aos debates teóricos e historiográficos em nosso campo, primando, assim como Albuquerque Jr., por um debate substantivo com seus pares, tanto a nível internacional quanto a nível nacional.

Atualmente, este debate repercute e ressoa, também, em discussões centrais para o fazer historiográfico contemporâneo tais como a discussão em torno da cientificidade ou não do nosso campo, da relação história/literatura, se o texto do historiador expõe uma verdade do passado ou o ficciona à medida que se utiliza de tropos linguísticos também usados pelos literatos, etc. No seio destas discussões encontra-se e ressoa aqueles enunciados, polarizando estes debates a partir do estabelecimento da oposição

moderno/pós-moderno e seus derivados. Isto faz com que estas discussões vigorosas e profícuas ao fazer historiográfico sejam estabelecidas de forma partidarizada, em que só se pode estar de um lado ou de outro, sem possibilidades de comunicação, de diálogo entre ambos. Este tipo de atitude leva boa parte da crítica historiográfica brasileira a fazer também uma análise partidarizada de nossa produção historiográfica. Critica esta que na maioria das vezes, independentemente do lugar teórico a que se filie, termina por fazer uma crítica adjetivista e judicativa àqueles a quem julga serem seus opositores e contendores quando não inimigos a serem silenciados ou até mesmo exterminados em nome de um suposto saber mais justo, mais verdadeiro, mais real, mais científico.

Neste sentido, afirma Albuquerque Jr:

Em grande medida, as análises que se fazem das obras ou de dadas correntes historiográficas não são feitas em termos substantivos, isto é não estabelecem um diálogo com os conceitos, com os pressupostos, com a metodologia que estruturam as obras analisadas, não dialogam com o pensamento do autor ou com as conclusões a que chegou em sua pesquisa, mas procuram desqualificar a obra ou o autor brandindo contra ele meia dúzia de adjetivos, que pretensamente o localizam no debate historiográfico e avaliam o valor de sua contribuição. Termos como pós-modernos, conservadores, idealistas, populistas, ideológicos, irracionalistas, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas são brandidos, como se fossem auto evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, por tanto como meras pechas desqualificadoras que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 192)

Falam como sacerdotes, como juízes ou até mesmo “inquisidores”, colocando-se como defensores do sacrossanto lugar de produção do conhecimento histórico. Julgam defender um campo do saber que pensam ser somente deles, mas que na verdade não lhes pertencem ou que nunca os pertenceu; julgam combater em nome deste lugar quando, na verdade, parecem mais combater em nome de seus próprios interesses e privilégios concedidos pelas posições que ocupa(va)m dentro deste campo do saber.

É neste sentido, por exemplo, que se direciona o texto de Joaquim de Melo Azevedo S. Neto, produzido no ano de 2009, a época mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, e publicado no IV Colóquio Internacional Cidadania Cultural: diálogo de gerações, promovido pela mesma instituição. Texto que tem como objetivo:

Discutir, apesar das limitações de espaço impostas pela formatação que um artigo impõe, os principais argumentos de Ginzburg e Ricouer contra o que os citados autores acusam de ceticismo pós-moderno. A principal intenção deste trabalho é buscar contribuir com uma reflexão sobre os possíveis caminhos que levem os historiadores a superarem essa dicotomia contemporânea, no campo da disciplina, entre os determinismos do realismo e o ceticismo radical, tal qual é

exaltado atualmente por nomes relevantes na Historiografia nacional, como Durval Muniz Albuquerque Jr. (SILVA NETO, 2009, p. 2)

A construção do objetivo do texto de Silva Neto é indicativo dos procedimentos adotados pela crítica historiográfica nacional quando tenta avaliar o debate contemporâneo em nosso país. O autor parte de um conjunto de definições já pré-estabelecidas e tomadas por ele como um *apriori* – realismo, ceticismo radical, ceticismo pós-moderno, etc. – que permeará a avaliação e a crítica que fará a obra de Albuquerque Jr. O texto de Silva Neto, neste sentido, é um texto clichê, um texto pré-determinado pelo enunciado moderno/pós-moderno e imerso na comunidade de sentido simplificadora, adjetivista e reducionista produzida e possibilitada pelo mesmo. Vejamos:

A idéia de que **a escrita é uma construção estética** que parte geralmente de uma iniciativa individual, mas **que possui um rico potencial cognitivo** no que diz respeito à representação de determinados aspectos da vida social **não é levada em conta pelos céticos**. Estes resgatam uma noção purista da literatura, na qual, encerrando-se na dimensão lingüística, a arte não apresenta conexões com o contexto no qual foi produzida.

Portanto, **o que está em questão não é tratar a literatura como uma espécie de narrativa inferior à narrativa historiográfica ou algo ameaçador, segundo a opinião de Durval Muniz Albuquerque Jr., os historiadores que não são adeptos do nominalismo fazem**. O próprio título da coletânea de artigos do autor na qual está contida essa opinião chama-se História: a arte de inventar o passado (2007): trata-se de uma nítida provocação a esse debate contemporâneo entre história e ficção. Porém, **é importante ter certa cautela com essa noção de que o historiador inventa o passado**, pois, conforme já advertiu Sandra J. Pesavento (1997, p. 820), o historiador “(...) não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferido-lhe o estatuto de fonte”.

**Abolir as fronteiras entre história e ficção, como propõe Durval Muniz, só iria desembocar em uma espécie de irracionalismo estético, empobrecendo as especificidades de ambas as áreas. Deixando de lado essa proposta irresponsável, praticamente anárquica, pode-se refletir de maneira mais coerente, sobre as fronteiras que existem entre narrativa literária e histórica** e também sobre os deslocamentos possíveis entre esses saberes, pois, comumente, o historiador tanto precisa recorrer as artimanhas do estilo para tornar a pesquisa inteligível aos seus pares e ao público que se interessa pela área, quanto o literato sente necessidade de inserir em sua trama uma inscrição histórica. (SILVA NETO, 2009, p. 5). Grifos meus.

A citação acima e as partes por nós destacadas são emblemáticas da produção da crítica historiográfica em nosso país. Além de fazer uma crítica adjetivista, o autor se furta a discutir os principais conceitos operados por aquele a quem critica, como, por exemplo, o conceito de invenção, central na obra de Albuquerque Jr., bem como a abordagem deste a cerca da relação história e literatura, a qual Silva Neto resume adjetivamente como sendo uma “proposta irresponsável, praticamente anárquica” à medida que proporia a abolição das “fronteiras entre história e ficção” o que, supõe o autor, “iria desembocar em

uma espécie de irracionalismo estético, empobrecendo as especificidades de ambas as áreas”. Como todo texto clichê nesta área, para fundamentar seu posicionamento Silva Neto elege aqueles a quem coloca como arautos das posições contrárias aos céticos e irracionalistas: Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur. Em especial o primeiro. Fazendo uma recepção e apropriação acrítica do pensamento dos mesmos. Utilizando-os também de forma pré-determinada com o objetivo de negar aquilo que denomina de teses céticas no campo da historiografia brasileira, que segundo o autor seriam representadas em grande medida pela produção de Albuquerque Jr.

Mas, da mesma forma que Silva Neto elege os arautos de uma suposta terceira via, ele nomeia também de forma pré-determinada aqueles que seriam os asseclas do pós-modernismo: o primeiro deles seria “Nietzsche, um verdadeiro ‘santo padroeiro do pós-modernismo’”, na sua esteira viria Roland Barthes, Hayden White, Derrida, Michel Foucault e, no Brasil, Durval Muniz de Albuquerque Jr. É contra estes que se direciona a diatribe de Silva Neto e todo o seu esforço de crítica historiográfica, fazendo o seguinte alerta sobre suas produções:

O que chamo a atenção é para que, valendo-se de um aporte teórico e conceitual em Nietzsche e Hayden White, Durval Muniz utiliza o discurso da existência de uma pós-modernidade, enquanto contexto histórico marcado pelo cinismo e desilusão, para generalizar que “estamos céticos quanto à possibilidade de se conhecer o passado” e que “pensamos, hoje, o passado como invenção, de que fizeram parte sucessivas camadas de discursos e práticas” (ALBUQUERQUE JR; 2007, p. 61). (SILVA NETO, 2009, p 11)

É notória também no texto de Silva Neto uma clara aversão e antipatia àquele a quem toma como alvo de suas críticas. O que se explicita desde o início do texto. Um texto que ao longo da narrativa vai deixando claro que foi montado para atacar, nos termos que vimos vendo, a produção de Albuquerque Jr. sem ao menos explicitar e explicar minimamente os motivos da escolha da obra deste historiador e não de outro como principal foco de crítica de seu texto. Historiador este a quem acusa de irresponsabilidade, de anarquismo intelectual, de, na esteira daqueles teóricos citados acima, contribuir para a dessacralização do saber<sup>1</sup> e de sua produção, em especial do saber histórico em nosso país

---

<sup>1</sup> Este é um pecado pelo qual Silva Neto parece não estar disposto a perdoar Albuquerque Jr.. O fato deste dessacralizar a produção do saber histórico, de retirá-lo do pedestal da ciência e mostrar-lhes os seus pés de barro, sua feitura e desfeitura, de problematizar a produção de alguns historiadores como E. P. Thompson e Carlo Ginzburg – a quem Silva Neto toma como um verdadeiro papa da historiografia e da crítica historiográfica, sacralizando-o, o autor, sua obra e pensamento, reproduzindo acriticamente e quase *ipsis literis*, com instrumentos de autoridade, os mesmos argumentos de Ginzburg em texto famoso, intitulado *Unustestis* – O extermínio de Judeus e o princípio de realidade. Ver: GINZBURG, Carlo.

amparado unicamente no argumento de que é preciso contrabalançar “o ceticismo radical, tal qual é exaltado atualmente por nomes relevantes na Historiografia nacional, como Durval Muniz Albuquerque Jr.(sic)” (Idem, p. 2). Partindo desta premissa Silva Neto nem ao menos se dá o trabalho de discutir um conceito central na produção de Albuquerque Jr., o de invenção, se resumindo a declarar que “é importante ter certa cautela com essa noção de que o historiador inventa o passado, pois, conforme já advertiu Sandra J. Pesavento (1997, p. 820), o historiador ‘(...) não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferido-lhe (sic) o estatuto de fonte”’. (SILVA NETO, 2009, p. 5). Este tipo de crítica, como afirma o historiador Sérgio Campos Gonçalves:

É autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguisticturn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário(GONÇALVES, 2012, p. 194)

Ela vai aparecer não só em comentadores, mas também em historiadores renomados que se arvoram discutir a produção historiográfica nacional, do ponto de vista da História da história. É neste sentido, por exemplo, que se direcionam boa parte da produção de crítica historiográfica de Jurandir Malerba. Como afirma Sérgio Campos Gonçalves, em recente resenha sobre o livro *Ensaio: teoria, história e ciências sociais* de Jurandir Malerba, publicada na Revista de História da Historiografia:

No pós-guerra, segundo Peter Novick (1988, p. 522-572), já não existiria mais o consenso da ampla comunidade de discurso formada por estudiosos unidos por interesses, propósitos e padrões comuns no qual se baseou a disciplina da história até o início da década de 1960. Pois, a partir de então, teriam reinado o ceticismo diante da promessa iluminista de progresso e a crise cognitiva do historicismo, devido à historicização e à relativização do próprio conhecimento, da qual a ansiedade generalizada da comunidade acadêmica seria sintomática. É nesse campo de batalha em que Jurandir Malerba cava sua trincheira, de onde é franco-atirador contra a dita história pós-moderna, a qual se ampararia, notadamente, na teoria da linguagem e na negação do realismo.(GONÇALVES, 2012, p. 188)

A análise da obra de Malerba feita por Gonçalves segue numa perspectiva diversa

---

“Unustestis. – O extermínio de judeus e o princípio de realidade”. In: **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 210-230. A reprodução só não é completa por que em seu texto Silva Neto inclui Albuquerque Jr. como alvo de suas críticas e, a lá Ginzburg, condena-o como representante do pós-modernismo no Brasil, termo que também não discute ou problematiza, tomando-o como evidente e natural.

daquela empreendida por Silva Neto ao analisar a obra de Albuquerque Jr. À medida que faz uma abordagem substantiva da obra de Malerba, problematizando-a a partir dos conceitos de “comunidade de discurso” e “comunidade de sentido”, tomados de empréstimo ao historiador americano Peter Novick, afirmando que a discussão encetada por ele procura discutir, sobretudo, as implicações da pós-modernidade no fazer historiográfico brasileiro contemporâneo e “a crítica à concepção de história narrativista e suas implicações acerca da objetividade do ofício do historiador”, ou seja, “Malerba cava sua trincheira, de onde é franco-atirador contra a dita história pós-moderna, a qual se ampararia, notadamente, na teoria da linguagem e na negação do realismo”. Desta forma, Gonçalves aponta como a produção de Malerba se filia a uma prática da crítica historiográfica brasileira que toma as discussões em torno da *linguisticturn*, da pós-modernidade, do narrativismo, da relação história e literatura como questões assentes na comunidade historiográfica nacional, o que segundo Gonçalves:

Na visão de Malerba (2006, p. 13-14), esse “cenário intelectual” se fundamentaria em dois postulados da teoria do conhecimento pós-moderna: na tese da negação da realidade e na teoria da linguagem. A primeira, a tese do antirrealismo epistemológico, sustentaria “que o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações históricas”. A segunda, a tese do narrativismo, conferiria aos “imperativos da linguagem e aos tropos ou figuras do discurso, inerentes a seu estatuto linguístico, a prioridade na criação das narrativas históricas”, com isso, em essência, não haveria diferença entre a narrativa do ficcionista e a do historiador, já que ambas “seriam constituídas pela linguagem e igualmente submetidas às suas regras na prática da retórica e da construção das narrativas”. Fundada no antirrealismo histórico e no narrativismo, a prática da escrita da história pós-moderna colcou em xeque “a objetividade do conhecimento histórico e, conseqüentemente, os limites estruturais da verdade e de seus enunciados”. (GONÇALVES, 2012, p. 191)

Neste sentido, Malerba faria parte de uma comunidade de sentido que colocaria estas questões de forma naturalizada e assente, posicionando-se frente há elas muito mais em função destes sentidos e significados partilhados pela comunidade de historiadores em torno daquelas questões do que propriamente a partir de um enfrentamento conceitual e da historicização de tais práticas e discursos no cenário da historiografia brasileira dos últimos anos. Fazendo com que, de acordo com Gonçalves, o historiador:

De modo geral, parece captar essas questões da filosofia de forma bastante singular, entre apropriações acertadas e errôneas. Ao se sentir afetado pelos desdobramentos da problemática pós-moderna, frequentemente, o historiador entra em debates e toma posições (tanto prós quanto contras) despertando um olhar indulgente do filósofo, seja ao confundir as noções de discurso e de ideologia, como faz Jenkins (2001), seja ao afirmar que há uma “exorbitação da linguagem” responsável por uma ruptura entre conhecimento e verdade e por uma negação da realidade, como faz Malerba; acreditar que há antirrealismo, por

exemplo, na compreensão foucaultiana acerca da forma como o discurso de certa época constrói determinadas verdades é partir, desde o início, de pressupostos equivocados, pois não se discute se o mundo real (concreto) realmente existe e se os fatos que nele ocorrem são positivos, mas se trata de pensar o mundo inteligível, socialmente construído e compartilhado (VEYNE 2011, p. 9-65).

Isso não significa, no entanto, que a leitura de Malerba sobre a problemática pós-moderna e suas correlativas preocupações profissionais seja ilegítima e desprovida de valor. Ao contrário, ela é autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguisticturn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário; um aquário diferente dos filósofos. Por isso, ainda que talvez os *Ensaio*s de Malerba não despertem o fascínio do filósofo, o livro tem méritos inquestionáveis por oferecer uma proposição original de solução e de enfrentamento que, dentro do aquário do historiador, faz completo sentido e representa uma proposta teórico-metodológica plausível. (GONÇALVES, 2012, p. 08)

Os trabalhos de Silva Neto e Gonçalves são apenas dois exemplos de como vem procedendo a crítica historiográfica brasileira nos últimos anos ao avaliar, analisar e pensar a nossa produção. Procedimentos estes que se explicitam também quando se trata da discussão da cientificidade ou não do nosso campo de saber. Ou seja, se a história é ou não um saber com validade científica, se ela, enquanto disciplina, é ou não ciência, e uma ciência capaz de produzir um discurso verdadeiro sobre o “Real”. Neste sentido, o debate é colocado também como se se encontrasse polarizado entre os “modernos” e os “pós-modernos”, o que se configura, na maioria das vezes, muito mais um embate por posições intelectuais e de poder do que realmente uma discussão para a ampliação do campo de possibilidades práticas e discursivas do fazer historiográfico em nosso país, em especial de sua crítica. Nesse ínterim, se reivindica muitas vezes um estatuto de ciência para a nossa disciplina que em muito já foi abandonado pelas próprias ciências ditas “duras”.<sup>1</sup> É neste sentido, por exemplo, que parece caminhar as avaliações e análises feitas por Ciro Flamarion Cardoso em livro recente, este diz o seguinte:

A verdade, entretanto, é que certas lutas precisam ser empreendidas uma e outra vez, empregando as armas que cada época põe a disposição dos críticos das posições anti-realistas. Estas últimas e o realismo epistemológico continuarão a ter de enfrentar-se, simplesmente por que não há como provar que alguma das alternativas em combate seja certa ou errada. No máximo é possível dizer, com Mario Bunge, que a ciência *pressupõe* o realismo epistemológico; mas certamente não o prova, o que abre uma brecha suficiente àqueles que preferem acreditar que a busca da verdade se situe além das possibilidades dos seres

---

<sup>1</sup>Para uma discussão sobre o estatuto das “ciências duras” Cf.: PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**. São Paulo. UNESP. 1996., FEYERABEND, Paul. **Diálogo sobre el Método**. Madrid. Cátedra. 2002. e STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo. Ed. 34. 2002.

humanos. (CARDOSO, 2005, pp. 56-57)

Na esteira de Cardoso, alguns críticos historiográficos de nosso país chegam a reivindicar para a nossa disciplina os mesmos conceitos, categorias e práticas analíticas da ciência do século XVIII e XIX. Lutam ainda por um certo ideal de objetividade, de imparcialidade, de verificabilidade da verdade do passado, de prova que até mesmo as “ciências duras” já abandonaram desde o início do século XX. Lutam por uma pureza científica do nosso campo na mesma medida em que tentam esquecer que ele é atravessado, mediatizado, constituído no e pelo campo da linguagem, da narrativa. Que nossa produção não é produto de um olhar objetivo, imparcial, mas, pelo contrário, que ela é em grande medida produto da parcialidade de quem olha, da relação subjetiva que os pesquisadores estabelecem com seus “objetos de estudo”. Parecem esquecer que o próprio objeto com que trabalham é um constructo social que só existe para o pensamento na sua relação com o “sujeito do conhecimento”.<sup>1</sup> Lições estas já apre(e)ndidas pelas “ciências duras” e que boa parte de nossa crítica historiográfica se recusa a apre(e)nder. O que acreditamos, em grande medida, se deva ao fato desta produção estar imersa e submetida a este debate purista, maniqueísta onde só se pode ser ou isso ou aquilo, ou moderno ou pós-moderno, ou cientista ou artista, ou racionalista ou irracionalista, ou realista ou “anti-realista”. Nossa crítica historiográfica quando se deixa submergir neste debate do “ou isso ou aquilo” termina por esquecer uma das principais características de nosso tempo, como bem salientou Bruno Latour, a do hibridismo<sup>2</sup>.

Como diz Gilles Deleuze, nosso tempo não permite mais estas oposições maniqueístas, estas não nos satisfazem mais, não dão conta da realidade em que vivemos. Segundo Deleuze nosso tempo substituiu o “ou” pelo “e”. Portanto, se a assertiva dos *Annales* de que toda história é história do presente, se a produção do conhecimento histórico está sempre relacionada ao presente, a partir de onde o historiador escreve; por

---

<sup>1</sup>Exemplo emblemático disto na produção historiográfica nacional é a crítica elaborada por Ciro Flamarion Cardoso em especial nos livros *Um historiador fala de teoria e metodologia* e *Domínios da história* em seu artigo *História e paradigmas rivais*. Cf.: CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005. eCARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

<sup>2</sup>Cf.: LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. No livro em questão Latour advoga que uma das principais características de nosso tempo são as misturas, os hibridismos, que o ideal de pureza propalado pelos ditos modernos não passa de uma utopia de laboratório, que até mesmo nestes espaços se mostra corrupta, tendo em vista os inúmeros frankenstains produzidos pela “ciência” ao longo dos dois últimos séculos, na busca da produção de suas verdades.

que da recusa de boa parte de nossa crítica historiográfica em fazer ressonância a este tempo? Em querer se amarrar, se acorrentar nos grillhões forjados pela ciência do século XIX, do ou isso ou aquilo, produto de um passado que não nos inspira mais ou, pelo menos, que não deveria mais incitar a produção historiográfica em nosso país?

Boa parte de nossa crítica historiográfica parece recusar a ideia de que, como diz Deleuze, alguns saberes caminham simultaneamente, mesmo que em ritmos diversos, em direção a vários limiares a um só tempo, sejam eles de cientificação, de estetização, de etização, de politização etc.; e a história enquanto campo do saber parece ser um deles. À medida que, como diz Certeau, o fazer historiográfico não é apenas só uma prática científica, se entendermos por científica “a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados”, encerrada e vazada numa escrita, numa narrativa que traz consigo o uso de tropos linguísticos e de uma estilística estetizante. Neste sentido, a prática historiográfica adentra também o campo estético à medida que o seu produto é vazado na e pela linguagem, à medida que só ganha sentido com a construção, com a urdidura de uma narrativa estilisticamente montada e vazada sobre um determinado tropos linguístico, como bem salientou Hayden White<sup>1</sup>.

Esta discussão repercutiu também, e de forma bem significativa ao longo dos últimos anos, nas relações possíveis de serem estabelecidas entre a história e a literatura. Não só do ponto de vista da escrita do texto historiográfico e dos tropos linguísticos utilizados pelos historiadores para urdidura de suas narrativas, mas, sobretudo, no que tange ao estatuto deste texto. Colocando em outros termos, se ao escrever, ao construir sua narrativa o historiador estaria ficcionando o passado ou representando-o em sua “realidade”? Nestes termos, na visão de boa parte de nossa crítica historiográfica, o debate em nosso país parece ter assumido também um caráter dual e maniqueísta no qual, supostamente, os ditos modernos defendem o uso da literatura apenas como testemunho histórico (como prova documental) recusando veementemente qualquer outro tipo de aproximação com este campo do saber. Por outro lado, os que são nomeados de pós-modernos seriam aqueles que aceitam a ficcionalização do saber histórico como uma das características da produção historiográfica. Ou seja, os pós-modernos seriam aqueles que

---

<sup>1</sup>A este respeito, conferir, por exemplo: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005. CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.; WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 1994.

admitem abertamente que ao construir suas narrativas o historiador estaria ficcionando, inventado o passado nos mesmos moldes que o literato produz, escreve suas obras. Portanto, neste debate enredado pela crítica historiográfica nacional, a produção do conhecimento histórico estaria cindida entre realidade e ficção, representação e invenção, estabelecendo assim uma “descontinuidade profunda” entre narrativa e realidade, texto e o “real lá fora” ou o “mundo social real”, como sugere Cardoso:

As teorias que afirmam a descontinuidade entre narrativa e realidade argumentam com frequência que a organização do texto em forma de relato impõe aos fatos a que se refere uma estrutura cuja forma é a de uma narrativa com começo, meio e fim – estrutura que procede do fato de narrar, não dos próprios fatos vividos no mundo real. A narrativa não passa de produto de uma construção do imaginário (da “imaginação histórica”, diz Hayden White); não tem qualquer veracidade, mesmo quando apoiada em fontes, pois não se trata de uma questão de documentação: tratar-se-ia de uma descontinuidade profunda [...] Se acreditarmos nas reconstruções narrativas, transformar-nos-emos em prisioneiros de um mito. A narrativa simplifica [...] e estrutura as coisas, mas isto nada tem a ver com o real, não o representa adequadamente. Trata-se de uma característica do texto, de um efeito textual: pertence unicamente aos textos, não à realidade. (CARDOSO, 2005, pp. 64-65)

A produção historiográfica nacional estaria assim não só dividida, mas submetida à lógica destes dois lugares, ao tropos purista que cada um dos lados contendores busca encampar e defender. De um lado os historiadores sociais (modernos, racionalistas, realistas, representacionistas, objetivistas, defensores da verdade histórica) e de outro os historiadores culturais (pós-modernos, irracionalistas, nominalistas, céticos, partidários da ficção, da invenção, subjetivistas, relativistas, anti-realistas).<sup>1</sup>

Portanto, é desta forma que a elaboração dos termos “moderno” e “pós-moderno”, seus derivados e desdobramentos dentro da história da crítica historiográfica brasileira pós década de 80, têm se transformado e materializado em lugares de dimensionamento e avaliação da produção do saber histórico em nosso país, atuando muitas vezes na definição de suas regras, dos seus procedimentos e das pertinências dos debates, dos temas, dos objetos possíveis de serem estabelecidos e estudados pela historiografia nacional. Ou pelo menos é isso que quer fazer crer determinados críticos historiográficos brasileiros, para quem, contemporaneamente, não se pode falar de historiografia brasileira sem se mencionar, discutir, debater aqueles dois termos, conceitos, condições históricas, períodos ou seja lá como são tratados, dada a miscelânea de pontos de vistas e a

---

<sup>1</sup>A este respeito Cf.: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Introdução: Da terceira margem eu so(u)rrio; sobre história e invenção”. In: **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: SP: EDUSC, 2007. pp. 19-39.

imprecisão, estereotipização e superficialidade na abordagem daquilo que se vulgarizou e naturalizou como a relação modernidade/pós-modernidade e/ou moderno/pós-moderno em nosso país.

**Recebido em: 13/04/2012**

**Aceito em: 06/07/2012**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: SP: EDUSC, 2007.

\_\_\_\_\_. **O caçador de Bruxas**: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquirição e suspeição do outro. In: **Revista Saeculum**. João Pessoa-PB, Jul./Dez. 2009, pp. 45-63.

CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

\_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru: Edusc, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Editora Brasiliense. 2005.

\_\_\_\_\_. **Conversações**. São Paulo: Editora 34. 1992.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira nos anos 1980**: experiências e horizontes. Passo Fundo: UPF, 2004.

FEYERABEND, Paul. **Diálogo sobre el Método**. Madrid. Cátedra. 2002.

FOUCAULT, Michel. "Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento". In: *Ditos & Escritos*. Vol. II. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2005.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, Poder-Saber**. Ditos & Escritos. Vol. IV. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2006.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Sergio Campos. "Enfrentamentos epistemológicos: teoria da história e a problemática pós-moderna". In: **Revista História da Historiografia**. Ouro Preto, Nº 8, Abril, 2012, pp. 187-196.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A História, a memória e a polissemia dos relatos**.

São Leopoldo-RS: Unisinos, Anais Eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaios de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MALERBA, Jurandir (Org.). **A História escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas**. São Paulo. UNESP. 1996.

RAGO, Margareth & GIMENES, Renato A. de O.(Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. “Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente”. In: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, S.; Schmidt, B.; XAVIER, C. L. (Org.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000, v. 01, p. 41-58.

\_\_\_\_\_. “Introdução”. In: **Do cabaré ao lar**: A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, José Carls. **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SILVA NETO, Joaquim de Melo Azevedo. “A narrativa historiográfica na modernidade contemporânea: entre a errância cética e a pesquisa ética”. In: **Anais do IV Colóquio Internacional Cidadania Cultural: diálogos de gerações**. Campina Grande: Editora EDUEPB, 2009. pp. 1-13.

SOUSA, Fábio R. B. “A historiografia brasileira e a noção de ‘poder disciplinar’”. In: **Revista Saeculum**. João Pessoa: UFPB, Jan./Dez. 1998/1999.

STENGERS, Isabelle. **A Invenção das Ciências Modernas**. São Paulo. Ed. 34. 2002.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. São Paulo: Edusp, 1994.